

**Poder Executivo****JORGE MIRANDA**

Prefeito

RICARDO LUCENA

Vice-Prefeito

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO	1 a 2
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA	2 a 5
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	6 a 10

ATOS DO PODER EXECUTIVO**LEI Nº 1.191, DE 19 DE ABRIL DE 2022****“AUTORIZA DILAÇÃO DO PRAZO DE ENCAMINHAMENTO PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DO EXERCÍCIO DE 2021.”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MESQUITA, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte **LEI**:

Art.1º - Em virtude da situação de emergência reconhecida pelo Decreto Municipal 3.171, de 04 de abril de 2022, em razão da inundação que atingiu, no dia 01/04/2022, parte significativa da sede da Prefeitura de Mesquita do prédio do executivo municipal, fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, a contar da publica o desta Lei, o prazo fixado para encaminhamento das contas de governo de 2021, em conformidade estabelecido na Delibera o 285/2018, alterada pela Delibera o 325/2021, ambas do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

Art.2º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publica o, revogadas as disposi es em contrário.

Mesquita, 19 de abril de 2022.

JORGE MIRANDA
Prefeito**DECRETO Nº 3.182, DE 19 DE ABRIL DE 2022****“Regulamenta o art. 117, da Lei Complementar Municipal 36, de 05 de janeiro de 2021, e dá outras providências.”**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MESQUITA, no uso de suas atribui es legais,

CONSIDERANDO que o poder regulamentar compõe o feixe de atribui es t picas do Poder Executivo,

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar as rotinas e procedimentos relativos aos processos administrativos de reconhecimento de imunidade e isen o tributárias,

CONSIDERANDO o disposto no art. 117, da Lei Complementar Municipal 36, de 05 de janeiro de 2021, **DECRETA**:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta o art. 117, da Lei Complementar Municipal 36, de 05 de janeiro de 2021.

Art. 2º - Nos processos administrativos de reconhecimento de imunidade e isen o tributárias, a Procuradoria-Geral do Município oficialar , por meio de parecer jurídico, nas hipóteses em que o objeto do pedido recaia sobre débito inscrito na d vida ativa municipal ou caso o fiscal de tributos o requeira pela complexidade jurídica do tema ou pela novidade da tese discutida.

Parágrafo  nico. A qualquer tempo, porém, a Procuradoria-Geral do Município poderá intervir nos processos administrativos de reconhecimento de imunidade e isen o tributárias para neles oficialar, independentemente da fase em que se encontrem, seja elaborando parecer jurídico, seja requisitando diligências ou velando pelo cumprimento do procedimento e seus prazos.

Art. 3º - Os arts. 8º, § 3º, 9º, 10, 11 e 13, todos do Decreto nº. 2.438, de 23 de janeiro de 2019, passam a vigorar com a seguinte reda o:

Art. 8º (...)

(...)

§ 3º. A fase decisória inicia-se com a manifesta o técnica do servidor fazendário de carreira, perpassando pelo parecer jurídico da Procuradoria-Geral do Município, quando cabível, e contempla os julgamentos de primeiro e segundo graus.

Art. 9º. O servidor fazendário de carreira, sob pena de nulidade absoluta da decisão administrativa de mérito e responsabiliza o pessoal do agente que lhe deu causa, oficialar  obrigatoriamente no procedimento de reconhecimento de imunidade tributária, exarando sua opinião técnica para julgamento ou determinando sua conversão em diligências para melhor instru o do feito.